

Sertão Pernambucano e Alentejo: uma abordagem a partir da população rural, do desequilíbrio territorial e da sustentabilidade. (1989-2002).

RESUMO

Para fomentar o desenvolvimento na região do Alentejo - Portugal, foi construído a barragem de Alqueva que é conhecida por gerar o maior lago artificial da Europa. No entanto, não é somente progresso que se vê com a gigante Albufeira e sim consequências de desequilíbrio territorial e ações prejudiciais ao meio ambiente, como o comprometimento do solo por erosão por deposição de sedimentos. Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo analisar os impactos da construção da Barragem do Alqueva pela perspectiva da população rural, do desequilíbrio territorial e da sustentabilidade. Para a realização da pesquisa foi utilizado o procedimento metodológico da revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, em que autores como: Freire (2015), Sequeira (2014), Morais (2019) entre outros. Com a pesquisa compreende-se que o desenvolvimento sustentável ocorre por quatro pilares de sustentação: o político, o econômico, o social e ambiental, sendo assim, pode-se notar, que o desenvolvimento promovido pela barragem do Alqueva não abrange os pilares da sustentabilidade, de forma, que promove um desequilíbrio territorial e, mesmo em seus pontos positivos é questionado por não cumprir devidamente com o desenvolvimento e modernização local de forma abrangente, mas sim fragmentada, contemplando, principalmente, as grandes empresas da região.

Palavras – Chave: Desenvolvimento. Alentejo. Agricultura.

ABSTRACT

To foster development in the Alentejo region - Portugal, the Alqueva dam was built, which is known for generating the largest artificial lake in Europe. However, it is not only progress that we see with the giant Albufeira, but the consequences of territorial imbalance and actions that are harmful to the environment, such as the soil being compromised by erosion due to sediment deposition. Given the above, this article aims to analyze the impacts of the construction of the Alqueva Dam from the perspective of the rural population, territorial imbalance and sustainability. To carry out the research, the methodological procedure of bibliographic review with a qualitative approach was used, in which authors such as: Freire (2015), Sequeira (2014), Morais (2019) among others. With the research it is understood that sustainable development occurs through four pillars of support: the political, the economic, the social and the environmental, therefore, it can be noted that the development promoted by the Alqueva dam does not cover the pillars of sustainability, in a way, that promotes a territorial imbalance and, even in its positive points, is questioned for not adequately complying with local development and modernization in a comprehensive, but fragmented way, mainly contemplating the large companies in the region.

Keywords: Development. Alentejo. Agriculture.

1 INTRODUÇÃO

Muitas foram as transformações que marcaram a região do Alentejo nas últimas décadas. A região que era marcada por uma intensa produção agrícola, que nos anos de 1970 chegava a representar, cerca de 50%, do total produzido, no ano de 2010 representou apenas 9,1% da produção, o que impacta no emprego da população, que se no final da década de 1950, a agricultura empregava 70% da população, após 2010 representa o emprego de apenas 10% (Vicente, 2014).

As tecnologias empregadas na produção agrícola aliadas ao deslocamento de mão-de-obra para o setor industrial impactou em um grande desequilíbrio territorial na região, pois o êxodo rural experimentado nas décadas de 1960, levou grande parte dos territórios da região ao baixo desenvolvimento econômico e ao agravamento do despovoamento e envelhecimento populacional.

Uma das maiores transformações ocorridas no Alentejo foi a construção da barragem do Alqueva, que modificou a dinâmica do território para que a região se desenvolvesse economicamente. Diante dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, em que os pilares políticos, econômicos, sociais e ambientais devem ser considerados para os projetos de desenvolvimento de um país e/ou região, questiona-se: Há sustentabilidade no desenvolvimento do Alentejo por meio da construção da Barragem do Alqueva? Quais foram os impactos econômicos, sociais e ambientais dessa empreitada para a região?

Diante do exposto, o artigo pretende compreender os impactos da construção da barragem do Alqueva para a região do Alentejo sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Como objetivos específicos pretende-se: descrever as características da população e da produção na região do Alentejo antes e depois da construção da barragem do Alqueva; apresentar, brevemente, o histórico das políticas de sustentabilidade, bem como, seu conceito; analisar se a construção da barragem promoveu o desenvolvimento sustentável ou o desequilíbrio territorial na região.

A sustentabilidade aparece em dez dimensões para a concretização de seus objetivos de desenvolvimento, sendo estas: a dimensão política, ambiental, econômica, social, espacial, cultural, jurídico, psicológica, tecnológica e ética.

Justifica-se a pesquisa pois compreende-se que somente com a implantação de Políticas Públicas que versam sobre o desenvolvimento sustentável, com ações éticas, considerando o ambiente como um direito fundamental, podem reverter o agravamento do quadro de exclusão social e pobreza resultados da globalização.

Para a realização da pesquisa foi utilizado o procedimento metodológico da revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, em que autores como: Freire (2015), Sequeira (2014), Morais (2019) entre outros. No primeiro tópico descreve-se as características da população e produção no Alentejo antes e após a construção da barragem do Alqueva; no segundo tópico apresenta-se, o histórico das políticas de sustentabilidade e o conceito de desenvolvimento sustentável, e no terceiro tópico analisam-se os impactos da construção da barragem.

1 A POPULAÇÃO RURAL E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A agricultura portuguesa tem sido alvo de inúmeros debates, em que defensores de um “regresso a terra” afirmam que as exportações dos produtos advindos da produção agrícola têm promissor crescimento, devendo, portanto, ser intensificadas, ao mesmo passo que deve haver a avaliação e priorização sobre uma agricultura e desenvolvimento sustentável (Freire, 2015).

Almeida (2018) afirma que a questão agrária no Alentejo é alvo das políticas públicas de desenvolvimento desde a época das sesmarias, em que se tentava estabelecer populações em meio rural e promover a autossuficiência com a produção agrária.

A falta de população e, conseqüente, mão-de obra, no Alentejo foi detectada ainda na Idade Média, nos escritos do Padre Severim de Faria que dava sugestões para o povoamento da região, ou, mais adiante, os diversos tratados enviados para a Academia Real de Ciências de Lisboa objetivando a reconversão da agricultura no Alentejo:

Oliveira Martins, no seu Projeto de Lei sobre o Fomento Rural, apresentado em 1887, escreveu que o absentismo rural produz frequentemente o espetáculo de um dispêndio considerável nas cidades, “um vício inerente à condição de proprietário”. Propôs então obras de hidráulica agrícola, reordenamento da população, colonização do Alentejo, coletivismo, com sociedades anónimas, cooperação, propriedade coletiva da terra; emparcelamento no norte, parcelamento no sul; diversificação cultural, florestação, caça e pesca; e a constituição de um banco rural (Almeida, 2018, p.2).

O Liberalismo económico, característico do século XIX, favoreceu a circulação de alimentos (Freire, 2015), dessa forma, a expectativa para o crescimento da região do Alentejo era grande, pois as mudanças na economia portuguesa eram notáveis após as reformas institucionais e censitárias provocadas pelo avanço do liberalismo. Fonseca (1998) explica que houve um massivo investimento na região do Alentejo, com a construção de linhas férreas, a liberalização do mercado que gerou oportunidades para a indústria agrária, fundiária, mineiro e industrial:

As primeiras quatro décadas que se seguiram ao triunfo liberal trouxeram uma grande actividade ao mercado fundiário alentejano. Este facto não acarretou uma alteração nos aspectos básicos da estrutura fundiária regional e a dominância da grande propriedade permaneceu como a imagem de marca da região. No entanto, conduziu a mudanças expressivas na titularidade da terra e, em particular, possibilitou reajustamentos significativos nos patrimónios familiares locais. Neste mercado e nestas mudanças as novas elites moldadas pelo liberalismo tiveram um papel fundamental (Fonseca, 1998, p.514).

Compreende-se que, apesar do intenso investimento imobiliário na região do Alentejo durante o século XIX, houve o desinteresse de exploração caracterizado pelo absentismo direto ou oculto (quando a exploração agrícola é realizada por intermédio de um latifundiário ou gerente, porém com o proprietário ausente). No final do século XIX ainda se nota a modernização na tecnologia para a agricultura.

Dessa forma, houve aumento demográfico: “a sociedade de matriz agrária tornou-se mais complexa, houve uma recomposição do grupo de elite, aumentou o nível de urbanização, tendo sido mesmo criados de raiz alguns núcleos urbanos exclusivamente industriais” (Fonseca, 1998, p.498).

Nesse contexto de modernização para a região do Alentejo, o setor agrícola que se caracterizava pelo latifúndio passou por importantes mudanças, em que houve um crescimento moderado na produção caracterizada pela expressiva produção vegetal, responsável por cerca de 73% do total produzido (Fonseca, 1998). A região do Alentejo foi profundamente marcada pelo século XIX, pois passou por mudanças estruturais que definiria o futuro da região:

A partir de meados do século XIX as mudanças sucedem-se e adquirem um ritmo acelerado: a nível científico e tecnológico, o aparecimento dos adubos viria a aumentar a capacidade produtiva das terras; a nível político começa a surgir uma nova mentalidade interventora e proteccionista que fazem da exploração agrícola uma actividade rentável; a nível económico o Alentejo é explorado exaustiva, sistemática e até cientificamente, alcançando elevados níveis de produção. Também a

estrutura fundiária começou por ser alvo de intervenção no início do século. As leis de Mousinho da Silveira e o decreto "mata frades" (Joaquim António de Aguiar) vieram alterar a titularidade de algumas propriedades (Santos, 2011, p.22).

Essa dinâmica seria modificada pelas transformações no século XX, que conforme Freire (2015) explica, as políticas que objetivavam o fomento da autossuficiência da região se aliaram as políticas que objetivavam o protecionismo e a redução de importações em conjunto com ações de intensificação para a exploração dos recursos internos.

Na década de 1930 houve um aumento demográfico para a população do Alentejo, tendo por densidade populacional 24,6 hab. por km², em contrapartida aos 26,5 hab./km² registrado em período anterior (Santos, 2011), dessa forma, houve aumento no número de desemprego na região e o maior agravamento após a II Guerra Mundial, pois o acontecimento comprometeu os empreendimentos agrícolas.

Freire (2015) afirma que a partir dos anos de 1960 houve mudanças na estrutura da economia e sociedade de Portugal:

Portugal foi o último país agrícola da Europa Ocidental, mas fez uma transição relativamente rápida para uma economia assente em serviços e indústria. Na primeira metade do século XX, o sector primário contribuía com cerca de 30% para o Produto Interno Bruto, na década de 80 essa percentagem já era 9% e não mais recuperou. A progressiva abertura dos mercados nacionais à diversidade de produtos agrícolas da Europa e do Mundo, acelerada com a integração na Comunidade Económica Europeia (1986), ajudou a marginalizar uma agricultura apresentada como sinónimo de atraso e pobreza, acentuando a dependência alimentar do exterior (Freire, 2015, p.137).

No ano de 1957 houve as primeiras ideias para a construção de uma barragem na região do Alentejo, como forma de reverter a situação de despovoamento da região. O objetivo era fixar pessoas na região para a promoção do desenvolvimento local por meio do incentivo à agricultura com programas de Regas. Dessa forma, o Projeto Alqueva, maior investimento já realizado na região, propunha combater o problema de falta de água e promover a modernização.

Almeida (2018) lembra que durante o ano de 1975 foi posta em prática a Reforma Agrária, porém, o resultado das medidas realizadas não apresentou sucesso no decorrer dos anos, o que impacta no envelhecimento do mundo rural de Portugal. Esse processo pode ser percebido pelas medidas que se sucederam, pois com a construção da barragem de Alqueva, o discurso para a atração de pessoas foi do turismo, pois como ressalta Almeida (2018, p.3): “Os

discursos e as estratégias de atração de pessoas e empresas foram alterados para salientar questões ligadas a uma vivência do rural já não baseada na agricultura, mas nos serviços, entre os quais se salienta o turismo, a caça, o desporto e a natureza”.

A albufeira de Alqueva somente ficou pronta no ano de 2002 atingindo a cota máxima de enchimento em 2010 e questionada até os dias atuais sobre a eficácia de seus objetivos, o impacto para a vida da população local e o desenvolvimento sustentável. As políticas de incentivo agrícola que foram responsáveis pela construção da barragem, tinham como objetivos:

Reforçando os objectivos de crescimento económico do país, defende-se que o fomento agrícola deveria permitir aumentar e melhorar a produção de cereais, produtos hortícolas, frutas, produtos pecuários e florestais até aos limites das necessidades de abastecimento do país, abrindo ainda possibilidades de exportação. Contemplavam-se grandes projectos de hidráulica agrícola no Alentejo, povoamento florestal em terrenos públicos e particulares, reorganização agrária (conclusão de projectos de colonização já iniciados, parcelamento, emparcelamento e novas regras para o arrendamento rural), reforço técnico e humano da rede institucional de defesa sanitária de plantas e animais; alargamento das incidências dos financiamentos para melhoramentos agrícolas, especial atenção para as infra-estruturas de armazenamento de produtos agrícolas, melhoria da rede viária rural e alargamento do sistema de abastecimento de água às populações rurais (Freire, 2012, p.10).

Almeida (2018) afirma, ainda, que, ao Alentejo, principal zona latifundiária de Portugal, é atribuído o desígnio de atraso e decadência, e a culpa de uma elite que não se abre a modernização e ao desenvolvimento, porém, revisitações históricas demonstram que durante o século XIX, no advento das políticas liberais, a região do Alentejo era uma das áreas de Portugal que mais progrediram. O que se pode afirmar é que a região do Alentejo foi movida por uma pluralidade de atores sociais, os quais os interesses variavam entre urbanos e agrícolas, porém, as iniciativas de exploração agrícolas alcançaram grandes feitos na região:

De facto, na segunda metade do século XIX a elite económica eborense, no que toca a gestão agrária, não se limitou a preservar ou instalar grandes explorações agrícolas baseadas em práticas tradicionais. O seu desempenho nesta matéria foi mais progressivo do que se pensava: dotou as propriedades com novas instalações, promoveu a exploração mista e o arroteamento, submeteu as culturas arvenses a um método, investiu na «criação e educação» dos montados de sobre e azinho, expandiu a plantação de arvoredos e da vinha, cuja cultura foi «altamente lucrativa», incorporou cada vez mais inputs externos na exploração, inovando lenta, mas progressivamente, o aparato técnico (por exemplo, na tecnologia de mobilização dos solos)... (Almeida, 2018, p.533).

Essa perspectiva de forte desenvolvimento agrícola ocorrido no Alentejo entre o século XIX e começo do século XX, também integra a visão de Santos (2011, p.23), que afirma:

É hoje facto assente que em termos agrários o Alentejo a partir do último terço do século XIX foi uma das regiões mais dinâmicas do país, integrando uma economia agrícola com contornos de vincada comercialização e inserção capitalista, agricultura caracterizada, especialmente após a entrada do século XX, por uma apreciável taxa de mecanização, pelo recurso a mais eficientes alfaias agrícolas e por um mais intenso e precoce uso de adubagem industrial

Compreende-se, então, que a região do Alentejo não foi condenada a decadência ou ao atraso por atitudes de uma “burguesia agrária” que se negavam a modernização.

2 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O advento das práticas industriais e do modelo de acumulação com escopo nos lucros de produção, geraram uma sociedade pautada em parâmetros de consumo, irracionalidade ambiental e desigualdade social. A relação entre pobreza, desigualdade social e práticas que degradam o meio ambiente devem ser compreendidas para que haja a implantação de uma gestão social pautada em conceitos democráticos.

Com o avanço da Revolução Industrial que as explorações aos recursos naturais se intensificaram e a poluição provocada pelos meios de produção era vista como símbolo de poder e vitória sobre a natureza (Silva, 2012).

Dessa configuração exploratória, surgiu novas concepções econômicas e trabalhistas, o acúmulo do capital e os operários. As ações capitalistas criaram uma sociedade pautada em princípios de consumo, irracionalidade ambiental e desigualdade social. Porém, Bacha, Santos e Schaun (2010) afirmam que somente na passagem da década de 1960 para 1970 que os danos sociais e ambientais da exploração predatória ao meio ambiente passaram a ser debatidos, objetivando minimizar as injustiças sociais e os danos à natureza a partir de ações que promovessem a viabilidade econômica, a justiça social e a prudência ambiental – *Tripple Bottom Line*.

A sustentabilidade, então, tem duas origens, segundo Nascimento (2012), estas são: biológica e econômica. A origem biológica está relacionada a resiliência dos ecossistemas frente as “agressões antrópicas” ou agressões naturais. As agressões antrópicas são agressões causadas pela ação humana, como a ação do fogo, o desmatamento e o uso descontrolado dos recursos naturais. Já as agressões naturais seriam desastres com potencial destrutivo que não são necessariamente relacionadas à ação humana, como: terremotos, erupções vulcânicas, tornados, tsunamis etc.

A origem econômica se refere ao uso humano dos recursos naturais para suprir suas necessidades comerciais e econômicas, de forma abusiva e desordenada, sem compensação ao meio ambiente em ações de mitigação como o reflorestamento ou preservação. Essas ações não podem existir por muito tempo pela escassez dos recursos, e pelo dano à terra que esta pratica causa, no entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável, remete a possibilidade de organizar todos os aspectos da vida, de forma a garantir o desenvolvimento econômico e social de modo a não prejudicar o meio ambiente a ponto de inviabilizar a existência de gerações futuras com a mesma qualidade de vida.

Segundo Boff (2014) o conceito de sustentabilidade nasce da percepção da escassez, ao desmatar e desflorestar suas terras para suprir as necessidades da produção industrial nacional, os países europeus se depararam com a escassez de recursos naturais, percebendo, então, que é impossível seguir com a produção industrial à base de recursos naturais sem que se trace uma estratégia para a reposição dos mesmos, ou a minimização dos danos. Para responder essa questão, surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

No ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia, a Organização das Nações Unidas organizou o primeiro debate que colocava em pauta a relação do Homem com o Meio Ambiente. O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado formalmente pela primeira vez na assembleia das Nações Unidas (ONU) em 1979, no entanto o conceito de sustentabilidade já é conhecido pelo homem há centenas de anos. No ano de 1983, a ONU realizou mais uma conferência para as questões ambientais, intitulada: Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, porém, dessa Comissão nasceu o relatório Brundtland, em 1987 (Bacha; Santos & Shaun, 2010).

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, formada pelo ONU no início da década de 1980, foi um grande passo para as teorias sobre desenvolvimento sustentável, e o início da criação das teorias para alcançá-lo. As principais finalidades da

comissão eram avaliar a situação do meio ambiente, examinar as questões relacionadas a ele e formular propostas visando o desenvolvimento sustentável, bem como, analisar a viabilidade e aplicabilidade de tais propostas, criando mecanismos de cooperação internacional entre países, ONG's, empresas e indivíduos, incentivando-os para o engajamento na luta pelo desenvolvimento sustentável e preservação ambiental.

O mais importante relatório formulado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, anterior a “Agenda 21” foi lançado com o nome de “Nosso Futuro Comum”, e ficou conhecido como Relatório Brundtland, nome dado em homenagem ao presidente Gro Harlem Brundtland. O relatório levantou questões críticas acerca da relação entre a humanidade e o meio ambiente.

O documento tinha como alvo os governos nacionais e fazia recomendações sobre como devia progredir o desenvolvimento sustentável a nível de políticas públicas. As principais recomendações do relatório são: preservar a biodiversidade e reduzir a velocidade do processo de urbanização selvagem para diminuir a agressão a natureza; a utilização de tecnologias ecológicas na produção industrial evitando o uso de matérias-primas poluentes e danosas ao meio ambiente, e o incentivo ao uso e desenvolvimento de novas fontes energéticas renováveis (Brundtland, 1991).

Dessa forma, os principais objetivos do relatório são: retomar o crescimento mundial, alterar a qualidade do desenvolvimento, incluir a preocupação ao meio ambiente nas decisões políticas, manter um nível populacional saudável, reorientar a produção tecnológica e atender as necessidades da população de maneira igual e eficiente sem agredir o meio ambiente (Brundtland, 1991), bem como, o controle das taxas de natalidade.

O relatório Brundtland (1987) e os embates sobre o tema da sustentabilidade na reunião da ONU, em Estocolmo (1972), amplificaram as reflexões acerca da sustentabilidade. Da reunião da ONU, nasceu a ideia de que a sustentabilidade ambiental deveria estar relacionada a equidade social, pois a pobreza estaria relacionada às agressões ambientais levantando a questão da distribuição de renda.

No entanto, interesses econômicos e industriais entraram em conflito com os interesses do ambientalismo e da sustentabilidade, pois os países desenvolvidos se preocupavam com a qualidade de vida de suas populações e por essa razão defendiam a alteração das formas de produção industrial e convívio com o meio ambiente visando a sustentabilidade, e os países em desenvolvimento voltavam seus esforços para a aceleração do desenvolvimento social e

econômico, temendo que a recente preocupação ambiental fosse impactar negativamente sobre suas economias emergentes. Dentro desse contexto, é realizada a Conferência de Estocolmo (1972), em que foram realizados debates acalorados entre líderes governamentais, criando uma cisma entre desenvolvimentistas e ambientalistas (Gurski; Gonzaga & Tendolini, 2012).

O relatório cita o declínio das taxas de natalidade dos países desenvolvidos e atribui isso ao desenvolvimento econômico e social, bem como, a mudança do papel da mulher com a sua massiva inserção no mercado de trabalho, e recomenda que o controle demográfico também seja aplicado nos países em desenvolvimento. Dessa forma, nota-se que partir do relatório Brundtland (1987) nasce inúmeras ideias relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

No ano de 1992, as Nações Unidas realizaram nova Conferência objetivando compreender e propor soluções para as relações do Homem com o Meio Ambiente, essa nova convenção foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil e foi conhecida como ECO92. Os documentos que foram criados a partir dessa convenção continuam sendo referências nas legislações ambientais.

O documento mais importante nascido da ECO92 é o Agenda 21, que acordado entre 179 países objetivou um planejamento de desenvolvimento sustentável abrangendo a gestão correta de recursos necessários ao desenvolvimento, considerando questões econômicas e sociais, responsabilizando os grupos envolvidos e estabeleceu um plano de implementação (Silva, 2012).

A Agenda 21 estabelece uma relação de compromisso para o desenvolvimento sustentável criando compromissos para as empresas, para o governo, além de estabelecer um plano de conscientização para as crianças e adolescentes como tática de mudança cultural de longo prazo para as questões ambientais, criando uma nova geração consciente e que aplique conhecimentos tecnológicos para a preservação ambiental.

A partir desses marcos legais, coube a mídia o papel de propagadora massiva dos conceitos de sustentabilidade. Silva (2012) explica que após a ECO92 os meios de comunicação passaram a apostar na insistência do assunto para contribuir com as novas políticas e práticas sustentáveis que estavam surgindo.

Nesse contexto, no ano de 2002, é realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, conhecida como Rio +10, dessa conferência nasceu a Declaração de Jonhasburgo que reafirmou os compromissos já estipulados na Agenda 21. Se para o Rio-92

os desafios foram concordarem em medidas de preservação, para o Rio+10, o desafio basicamente se deu na elaboração de medidas de implantação das políticas já previstas anteriormente.

Após 10 anos da Conferência na África, a Organizações das Nações Unidas retorna ao Rio de Janeiro em Cúpula do Rio + 20. A Conferência sustentou-se na avaliação dos progressos e lacunas que se haviam chegado até ali, 20 anos após a primeira conferência no Rio e definir o futuro para a próxima década.

Do Rio + 20 nasceram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são 17 objetivos em que os países devem se esforçar para atingir, sendo estes: a erradicação da pobreza, acabar com a fome, promoção de saúde e bem-estar, ofertar uma educação de qualidade, lutar pela equidade de gênero, distribuir água potável, saneamento básico e energia limpa e renovável, garantir o trabalho e oportunidade de crescimento, a indústria que renova-se, minimização das desigualdades sociais, incentivo a comunidade sustentável, preocupação com mudanças climáticas, preservação da vida aquática, bem como, a vida na terra, garantir a paz e a justiça e parcerias de implementação (Organização das Nações Unidas, 2020).

Sendo assim, a necessidade da preocupação ambiental é percebida por todos os líderes governamentais do mundo, no entanto alguns não se veem em condição de participar da luta do desenvolvimento sustentável, pois a base da sua produção econômica e industrial é a exploração e exportação de matérias-primas naturais e não renováveis, criando uma polêmica entre a necessidade da preservação ambiental e o desenvolvimento econômico.

Embora existam essa pluralidade de estratégias para o desenvolvimento sustentável, não existe um consenso global adotado como melhor caminho a seguir, apesar dos muitos tratados que façam determinações políticas visando a sustentabilidade, e apesar das recomendações e relatórios da ONU através da comissão mundial sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, como a “Agenda 21”, os parâmetros e vias para a sustentabilidade ainda constitui um grande desafio para a humanidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável se pauta na construção de uma sociedade economicamente desenvolvida e socialmente justa, o que requer a ação de múltiplos atores e setores sociais. Oliveira (2010) afirma que o desenvolvimento sustentável é a promoção de desenvolvimento econômico sem o comprometimento da biodiversidade. Dessa forma, é no aproveitamento dos recursos e desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o melhor uso

dos recursos esgotáveis, bem como, novas fontes de energias renováveis e tratamento de resíduos:

A economia atual baseia-se na dinâmica capitalista de acumulação, marcada pela criação através do marketing da criação incessante de novas necessidades de consumo. Com a Revolução industrial a capacidade humana de intervenção na natureza deu um salto e continuou a aumentar até hoje. Além dos desequilíbrios ambientais decorrentes dessa capacidade de intervenção o uso intensivo de grandes reservas de combustíveis fósseis abriu caminho para uma expansão inédita do consumo em escala e de atividades que pressionam a base dos recursos naturais (Oliveira, 2010, p.17).

Tendo a conscientização de que os recursos naturais são esgotáveis, foi necessário estipular novos padrões de desenvolvimento para que se poupasse recursos necessários a manutenção da vida humana.

O impacto dessas ações recai diretamente nos setores industriais, pois requerem novas posturas das organizações, que podem repercutir nos custos gastos com a produção. Há, ainda, a preocupação do desenvolvimento da comunidade em que a empresa se insere, como o auxílio para a manutenção do bairro, projetos sociais e geração de renda para as pessoas das comunidades próximas (Sebrae, 2017).

Sendo assim, a economia pela dimensão da sustentabilidade abrange três dimensões: a social, a econômica e a ambiental, tem-se então:

Sustentabilidade econômica é um conjunto de práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam o desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações (Rede Sustentabilidade, 2016 citado de Sebrae, 2017, p.9).

Lourenço e Carvalho (2013) afirmam que as preocupações com o meio ambiente devem considerar os seres-humanos que nele se inserem, de forma que as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável contemplem aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Chaves e Castello (2013) explicam que o desenvolvimento sustentável em todas as suas esferas não pode apenas fazer parte de discursos e propagações teóricas que não se concretizam na realidade. Considera-se, assim, que a sustentabilidade econômica advém do conceito de alcançar resultados econômicos positivos com práticas que considerem as ações sobre o meio ambiente e o meio social em que a organização se insere. Por desenvolvimento sustentável

entende-se o conjunto de ações que se pautam nos princípios da sustentabilidade para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Entre as vantagens de uma economia sustentável pode-se afirmar que há uma maior economia de recursos financeiros à médio e longo prazo, há um aumento de lucros e redução de riscos por medidas de combate a degradação ambiental, ganhos com qualidade de vida e desenvolvimento de condições equitativas para as futuras gerações, além de vantagem competitiva, pois adquire-se diferencial e confiabilidade dos fornecedores e clientes, agregando valor a empresa e produtos (Sebrae, 2017).

3 DESEQUILIBRIO TERRITORIAL NO ALENTEJO

Compreendendo o conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, nota-se que os projetos que viabilizam o desenvolvimento económico, nem sempre, são centrados para atender, também, as questões sustentáveis em todas as esferas de sua atuação, isto é, ambiental, social, económica e social.

Pinto (2003) acredita que grandes empreendimentos envolvem conflitos e debates acerca das questões controversas diante dos predizeres do desenvolvimento sustentável. São décadas de discussão sobre a eficácia e sustentabilidade do Alqueva, porém, atualmente é notado o aumento de posicionamentos desfavoráveis a tal empreendimento.

O projeto foi pensado para evitar que a região do Alentejo sofresse com a desertificação, declínio da agricultura, saída de capital financeiro e humano de Portugal, crescente emigração e redução do emprego rural (PINTO, 2003). Estima-se que apesar de minimizar alguns dos eventos citados, a barragem não solucionou todos os problemas da região e acrescentou mais alguns.

Nota-se que a fixação de mais pessoas na região e a criação de empregos teve relação direta com o período de construção da barragem. Moraes (2019) explica que durante a construção da barragem ao Alqueva houve um intenso fluxo de pessoas e fixação de moradias no Concelho de Mourão, principalmente de mão-de-obra vindas de fora de Portugal, que foram preferidas pela EDIA por serem mais baratas para a contratação, esse fato estimulou a economia local, pois foi efeito passageiro.

Arvela (2018, p.66) afirma que é notado, no Alentejo, um êxodo rural desde a década de 1950, sendo que o Alentejo Central, ainda hoje, apresenta um saldo demográfico negativo e a concentração da população na capital industrial “Évora, principal cidade do Alentejo Central, ao qual se alia a parca geração de emprego e fraco crescimento económico desta região comparativamente com outras”.

Um efeito permanente da construção da barragem foi o deslocamento da Aldeia da Luz que demandou a construção de 212 casas, estabelecimentos comerciais, estruturas públicas e, todo esse investimento não levou benefícios económicos para a população que ficou, ainda mais distante de outras localidades, com menos empregos e com uma população ainda mais reduzida e envelhecida (PINTO, 2003).

Freire, Fonseca e Godinho (1997, p.43) afirmam que uma das revoltas dos agricultores quanto as barragens é a inundação de terras férteis de cultivo porque as indenizações são menores do que os bens de suas propriedades, o que os gera prejuízo: “as obras realizadas pelo Estado e que não foram solicitadas pelas populações vêm alterar as práticas tradicionais”.

O mesmo problema foi observado com a construção da barragem do Alqueva que foi inaugurada em 2002. Nesse contexto, Freire (2012) explica que a água para o regadio é considerada a força motriz das políticas de desenvolvimento agrícola nas regiões de sequeiro do Alentejo:

É certo que na velha agricultura a prosperidade também estava associada à intensificação produtiva, permitida pela maior ou menor disponibilidade de água. Mas a ambição de superar os limites impostos pela Natureza, que está subjacente à consolidação da agronomia na segunda metade do século XIX, passava por aumentar a oferta de água para maximizar a rentabilização económica dos diversos factores de produção postos ao serviço da agricultura, pela ciência e indústria (Freire, 2012, p.2).

Correia et al (2020) afirmam que o problema de escassez da água não foi resolvido pela albufeira de Alqueva, o que compromete a equidade territorial e a sustentabilidade da região do Alentejo. Os autores afirmam que o Sul de Portugal já sofre com a escassez da água e a degradação dos solos, porém, o problema se agrava ainda mais com a má gestão pública de distribuição que concentra as áreas de regadio, limitando o acesso a uma área muito restrita, o que impacta em grande lucro com intensa produção, porém, apenas para um certo número de empresas, deixando o restante da população em situação precária.

A equidade territorial, as políticas de desenvolvimento sustentável e a paisagem do Alentejo, além de programas europeus que comprometem cerca de 30% do ordenamento público, de forma a configurar um investimento maior que o peso económico da agricultura são comprometidos enquanto não houver uma melhor gestão da água e do solo na região (Correia et al, 2020).

O desequilíbrio territorial é notado no Alentejo quando se analisa a parte para o regadio sendo como correspondente a 15% do total de 2,6 milhões de hec. Correia et al (2020) afirma que, se não é possível que haja regas para toda essa região, as políticas de gestão devem priorizar as condições do solo para que seja possível investir em alternativas agropastoris e movimentar economicamente e socialmente a região.

Silva (2011) afirma que a partir da crise petrolífera dos anos de 1970, o desenvolvimento passou por uma crise em seu conceito, passando a integrar a sustentabilidade como forma de preservação dos recursos naturais interligados às problemáticas dos Direitos Humanos, no caso do Alentejo, o turismo serviu como uma conformação territorial para que se legitimasse o discurso de sustentabilidade para as diversas legislações produzidas para a região. Dessa forma, o autor ressalta, ainda, que o turismo e o discurso produzido escondem os conflitos sociais por meio da divulgação da água, não como recurso natural, mas sim como um recurso da paisagem:

Através da análise dos diferentes discursos de autoridade, e do texto legal em particular, se permite destacar o quanto contribuem para a objectificação da cultura e para uma abordagem da paisagem que submete as relações sociais concretas, as interrelações dos indivíduos, a desígnios turístico-promocionais, sujeitando-as a normativos exógenos, caracterizados e determinados pela sua dimensão económica. Exemplo do indicado ocorre com as relações que as populações locais estabeleciam com a água, em parte derivadas do direito tradicional, assente em relações sociais concretas, agora fortemente delimitadas pela sua ordenação no direito ambiental. A esta alteração, de manifesta prevalência do direito ambiental e cujos impactos se encontram por estudar, junta-se a circunstância da dimensão turística de Alqueva ter atribuído novos valores à água, fundamentalmente estéticos (Silva, 2011, p.99).

Compreende-se, assim, que o desenvolvimento pretendido pelo Alqueva se faz no desdobramento do “esquecimento” de atores e conflitos, de memórias encobertas pelo Grande Lago que nada representa do cotidiano social, mas sim uma nova urbanização para a região, a turística.

Nesse ponto, Menezes (2010) explica que as assimetrias territoriais não dizem respeito somente a desproporção de distribuição da população, mas, também, a desproporção de distribuição económica. O Alentejo, apesar de ser o maior território de Portugal com 31,6 mil

km², tem 50 mil habitantes em sua cidade mais populosa, Évora, o restante de seu território é constituído por pequenos vilarejos e propriedades rurais.

No discurso legislativo e governamental, Alqueva é divulgado como protagonista de um desenvolvimento sustentável, o que há de se concordar é que Alqueva abrange uma área superior a qualquer regadio público ou privado da região, porém, Salema (2020), defensor da sustentabilidade nas ações de Alqueva, afirma que a barragem não tem como contemplar toda a região do Alentejo, porém beneficia muitas áreas de regadio, muitas das quais, possuem áreas de sequeiros, beneficia regadios privados, fornece água de forma gravítica e em menor quantidade e beneficia territórios dispersos geograficamente, ligados por sequeiros.

Já Sequeira (2014) afirma que não há sustentabilidade em Alqueva, citando o caso da previsão do abatimento de 10.000 azinheiras. O autor afirma que, considerados os pilares que fundamentam o desenvolvimento sustentável, pode-se afirmar que economicamente, os agricultores pagam pela água um alto preço, que os representantes da EDIA afirmam corresponder a apenas 20 a 25% do custo total, dessa forma, se os preços forem subsidiados aos agricultores, estes terão de abandonar o empreendimento dos regadios por ser economicamente inviável. O autor também afirma que o turismo é uma iniciativa comprometida pelas condições apresentadas pela albufeira:

Outra fonte de rendimento prevista é o turismo, embora as infra-estruturas sejam muito reduzidas (626 camas) com uma ocupação variando de cerca de 30 a 83%, com a particularidade de a ocupação ser predominante de turistas portugueses, variando o turista estrangeiro ente 2 e 12%.
A albufeira, com enormes variações anuais de nível, (variações prováveis da cota 135m – área de 10.000 ha, até à cota de 152 m- área de 25.000 ha) com uma zona despida de vegetação, de péssima qualidade que pode atingir 15.000 ha, e com água de qualidade duvidosa para actividades turísticas, em especial em anos de seca, nunca será um destino turístico de qualidade (SEQUEIRA, 2014, p.1).

Continuando sua análise, Sequeira (2014) afirma que no aspecto social, há intensa imigração para o trabalho na Espanha, o que impacta em problemas sociais. Já para as questões ambientais, Sequeira (2014, p.2) ressalta que:

Com o alagamento pela albufeira foram destruídos totalmente 680 ha de culturas arvenses de regadio, 50 ha de pomares regados, 20 ha de vinha, 7350 ha de culturas arvenses de sequeiro, 1450 ha de olival extensivo, 7200 ha de montado, para além de matos e incultos, num total de 25 000 ha. Haverá ainda a destruição dos biota nas áreas 120 000 ha a submeter a regadio, biotas estes que serão totalmente alterados.

Arvela (2013) atenta para as questões ambientais que preocupam com a construção da Barragem de Alqueva. Sequeira (2014) também acredita que há grande risco de erosão do solo e ainda afirma sobre o comprometimento do abastecimento de água para a população:

O aumento de sais da água da Albufeira será portanto inevitável, o que irá causar aumento de custos, pelo aumento das dotações de rega, e pior irá causar a degradação das águas subterrâneas, base de abastecimento de água potável à população, o que já se verifica nos aquíferos dos gabros de Beja (ver a situação de Ferreira do Alentejo), da Bacia de Alvalade, se irá verificar em Moura-Ficalho) e se irá verificar nos aquíferos fissurais das zonas de xisto e que abastecem montes e que permitem o abeberamento do gado. A lavagem dos sais arrasta antes do sódio os nitratos, diminuindo a eficiência da fertilização e agravando a degradação da qualidade da água dos aquíferos (água dos furos e poços) (Sequeiro, 2014, p.3).

Em uma projeção de consequências ambientais futuras, o autor afirma que no ano de 2050, a Alzinheira que envolve toda a albufeira apresentará resiliência, dessa forma, conforme os desafios climáticos acentuados, os azinhais e montados não sofrerão alterações, porém, não se expandirão as culturas de regadio, pelo progressivo declínio de recursos hídricos. O autor afirma que, ao que parece, a construção da albufeira, não considerou o risco de erosão e perda do solo, porém, em estudos prospectivos se tem que: “a perda de solo numa envolvente tão extensa quanto a da albufeira do Alqueva poderá conduzir ao assoreamento célere da barragem e acarretar custos desmesurados de desassoreamento de forma a assegurar o seu pleno funcionamento” (Arvela, 2013, p.143).

Há uma vasta literatura que defende o plano de regadio por meio da Albufeira de Alqueva para a intensificação da produção agrícola na região (Freire, 2012), porém, deve-se notar que, junto a barragem deveria ser programada uma infraestrutura que permitisse cumprir com o planejamento de abastecimento para uma sociedade urbana crescente. Freire (2012, pp.3-4) explica que “apenas alguns perímetros de regadio, como em torno do rio Caia, foi explorado com agricultura intensiva de produtos hortícolas e frutas”. Esse fato permite compreender que, mesmo após a construção da barragem, os regadios continuam subaproveitados.

Os debates quando o caráter sustentável do empreendimento da Albufeira parece que irá se estender ainda por um longo período, já que, de um lado, nota-se a defesa de que sua construção se alia ao desenvolvimento agrícola da região do Alentejo e da prevenção à desertificação do local, por outro lado, há críticas ferrenhas, afirmando que a construção da barragem aprofundou os problemas da região e não se configura em um desenvolvimento sustentável já que falha em cada um dos pilares previstos pelos princípios da sustentabilidade.

De forma comparativa Arvela (2018) afirma que os pontos positivos da barragem são: controlo de cheias, melhoria da qualidade de vida da população por meio do abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, melhora na produção agrícola com os programas de regas, o que reduz o período de seca, desenvolvimento turístico da região e geração de emprego.

Já como pontos negativos, se tem: a submersão de grandes áreas que impacta na perda de habitats naturais e áreas de cultivo; retenção de sedimentos do rio pela Albufeira que impede sua passagem para o mar, o que tem por consequência a alteração de paisagens; por receber o escoamento das atividades agrícolas, há uma elevada produção biológica e eutrofização da água, o que, ao longo do tempo compromete a sua qualidade.

Dessa forma, compreende-se que para que fosse possível concentrar uma grande quantidade de água, houve a submersão da Aldeia da Luz e parte da Aldeia da Estrela, o que significa, uma média de 30% do Concelho de Mourão submerso; o alagamento do vale da Guadiana afetou 13 espécies e resultou no desaparecimento de espécies aquáticas que estavam adaptadas às águas movimentadas do rio Guadiana, não conseguindo se adaptar às águas parada do lago artificial, da mesma forma, ocorreu com a substituição da agricultura de sequeiro pela rega, ocasionando perda significativa da fauna que não se adaptou ao novo ambiente (Averla, 2018). Dessa forma, cabe ressaltar que os pontos positivos da construção da barragem passaram a serem questionados quando na prática não estão cumprindo com os seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo revisou, brevemente, o histórico de desenvolvimento da região do Alentejo em Portugal, compreendendo que no século XIX a região era economicamente desenvolvida e modernizada nos processos agrícolas, porém, com o êxodo rural e a intensificação dos processos mecânicos na agricultura, o local passou por um período de significativas mudanças, decaindo em seu desempenho econômico e social.

Esse fato fez com que as Políticas Públicas voltassem os olhos para a região objetivando promover o crescimento por meio de incentivos para o aumento da produção agrícola e o turismo, meios em que acreditavam que iria atrair mais pessoas para fixar moradia nos locais

que estavam ameaçados de desertificação e promover o desenvolvimento econômico por meio da geração de empregos e maior exportação da produção agrária.

O conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável passaram a ser discutidos a partir da conscientização de que o uso irrestrito dos recursos naturais ou a má distribuição e gestão dos mesmos, compromete, tanto a continuação de seu uso, tanto a qualidade de vida dos seres que vivem na Terra. Ampliado em seu fundamento, o desenvolvimento sustentável, configurado como política mundial, se fundamenta nos pilares da governança, social, ambiental e econômico. Dessa forma, o desenvolvimento econômico é aquele que promove o crescimento econômico e social conjuntamente, não agredindo e comprometendo o meio ambiente e construindo construções de equidade para a população.

Diante disso, nota-se que o empreendimento da construção da barragem do Alqueva impactou na vida de toda a população do Alentejo, porém, ainda se questiona se as consequências da construção podem ser consideradas promotoras de crescimento ou de desequilíbrio territorial, pois, há na literatura indicações tanto favoráveis quanto contra o empreendimento.

O que este artigo propõe é uma reflexão de que muitos dos problemas do Alentejo não tiveram soluções com a construção da barragem, pois, como foi demonstrado, o turismo como gerador de empregos, apenas teve impacto durante o período de construção da barragem, da mesma forma que a fixação de residências e atração de mais pessoas para a morada na região. A ampliação no abastecimento de água não condiz com as condições de muitas regiões, como a Aldeia da Luz que teve seu território submerso nas águas do Guadiana, porém, ainda sente a escassez da água para abastecimento como um problema crítico da região. Outros fatores como a extinção de habitats naturais e o desaparecimento de espécies pela mudança na paisagem, o isolamento e agravamento no saldo demográfico negativo, a baixa na produção da agricultura que está decaindo a cada ano, o problema da falta de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, falta de emprego na região, o envelhecimento populacional entre outros fatores que contribuem para que se questione o caráter sustentável da Albufeira.

Respondendo aos problemas de pesquisa que nortearam a pesquisa, pode-se afirmar, que é questionável o caráter sustentável do empreendimento da construção da Barragem do Alqueva, e quando analisado os impactos sociais, ambientais e econômicos, descritos acima, nota-se que os pontos negativos se sobressaem aos benefícios da Albufeira.

Conclui-se, dessa forma, que os benefícios que o gigante investimento levou para o Alentejo é usufruído por poucos, porém, mais estudos devem ser realizados para que se possa considerar os impactos regionais para a população das cidades do Alentejo, compreendendo as expectativas e perspectivas econômicas, sociais e políticas que se tem sobre a obra e o futuro da região.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M.A.F.P. (2018). O Alentejo: História, população, a questão agrária e a questão da água. *Águia*. Folha Informativa dos Amigos do Concelho de Avis – Associação Cultural, abril, pp. 6-7.
- Arvela, A.F.S. (2013). Alterações da Paisagem decorrentes da construção da barragem do Alqueva: Cenários para 2025, 2050 e 2100.
- Bacha, M.L.; Santos, J.& Shaun, A. (2010). Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. *VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*.
- Boff, L. (2014). *História da Sustentabilidade*. [Internet]. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/coletanea-artigos_boff.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.
- Brundtland, G.H. (1991). *Nosso Futuro Comum*. 2ª edição. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Chaves, D.A. & Castello, R.D.A. (2017). O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental empresarial. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 2, n. 86, p. 110-134, Mai/Ago.
- Correia, T.P. et al. *Sustentabilidade da Agricultura do Alentejo em Risco*. [Internet] Expresso, 21 jul. 2021. Recuperado de: <https://expresso.pt/opiniaio/2020-07-21-Sustentabilidade-da-agricultura-no-Alentejo-em-risco>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- Fonseca, H.A. (1998). Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: O exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910). *Análise Social*, vol. XXXIII (146-147).

Freire, D., Fonseca I., Godinho, P. (1997). O Dilema do Estado Novo: a criação de uma verdadeira política rural, ou o aumento da GNR de forma a poder substituí-la. *Arquivos da Memória– Movimentos Sociais*, 3, 35-52

Freire, D. (2012). *Entre o sequeiro e regadio: políticas públicas e modernização da agricultura em Portugal (século XX)*. Instituto de Ciências Sociais: Universidade de Lisboa.

Freire, D. (2015). Como alimentar Portugal? Produção agrícola desde 1850. In J. Ferrão & A. Horta (Eds.), *Ambiente, Território e Sociedade*. Novas Agendas de Investigação (pp. 135-142). Lisboa: ICS.

Gurski, B.; Gonzaga, R.; Tendolini, P. (2012). *Conferência de Estocolmo: Um marco na questão ambiental*. Rio de Janeiro.

Lourenço, M.L. & Carvalho, D. (2013). Sustentabilidade Social e desenvolvimento sustentável. *RACE – Revista de administração, contabilidade e economia*, v. 12, n. 1, p. 9-38.

Menezes, N.S. (2011). Desequilíbrio territorial em Sergipe II. *Saber Ciência*, set.

Moraes, M.L. (2019). *Aldeia da Luz pós Alqueva: a relação da população com a albufeira sob o ponto de vista da água*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Oliveira, D.L. (2010). Economia e Sustentabilidade. *Gestão & Tecnologia* - Faculdade Delta, Edição III janeiro/fevereiro.

Organização das Nações Unidas. *Objetivos da sustentabilidade*. [Internet] ONU, 2020. Recuperado de: <https://brasil.un.org/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

Pinto, B.C.L.M.C.T.G. *Participação, Informação e Comunicação nos processos de decisão pública – O Caso Alqueva*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003.

Salema, J.P. (2020). *Alqueva é essencial para a sustentabilidade da Agricultura do Alentejo*. [Internet] Agroportal, 16 ago. 2020. Recuperado de: <https://www.agroportal.pt/alqueva-e-essencial-para-a-sustentabilidade-da-agricultura-do-alentejo-jose-pedro-salema/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

Santos, M.O.G. (2011). *Contributos para o conhecimento sobre o passado do Alentejo*. Évora: Universidade de Évora.

Sebrae. (2017). *Sustentabilidade econômica: como sua empresa pode ser mais lucrativa com a sustentabilidade*. Cuiabá, MT: Sebrae.

Sequeiro, E.M. (2014). Alqueva. Que Sustentabilidade? *Boletín especial del Día Mundial del Agua*. Marzo.

Silva, F.J.C.O. (2011). *Em redor do Grande Lago: a água e a paisagem através do texto legislativo e institucional*. Lisboa: Instituto Tecnológico de Lisboa.

Silva, V.R.R. (2012). *A evolução do conceito de sustentabilidade e a repercussão na mídia impressa do país*. São Paulo: PUC.